

AUTISMO INFANTIL: POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA ATRAVÉS DA PSICOPEDAGOGIA

CHILD AUTISM: POSSIBILITIES OF AN INCLUSIVE EDUCATION THROUGH PSYCHOPEDAGOGY

Isete da Silva Sousa¹

RESUMO: Esta pesquisa tem por objetivo discutir a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o papel do psicopedagogo diante desse processo, além disso busca elencar algumas estratégias que propiciem o desenvolvimento escolar de crianças com autismo. A metodologia escolhida para a elaboração dessa pesquisa foi a bibliográfica, através do método qualitativo. Durante a pesquisa confirmou-se a importância da prática psicopedagógica, não só para o processo de inclusão escolar, como para oportunizar ao aluno com TEA o desenvolvimento socioafetivo, psicomotor e cognitivo. A base teórica confirmou a necessidade de consolidar ainda mais legislações, diretrizes e ações para fortalecer a construção da inclusão escolar. Como suporte na garantia da inclusão da criança com TEA, o trabalho psicopedagógico mostrou-se eficaz e, mais que isso, necessário, pois é um trabalho que ultrapassa os muros da escola, já que, além dar suporte pedagógico ao professor titular da turma, também orienta as famílias do educando, para que possam contribuir com o processo de aprendizagem mais efetiva. Esse estudo traz não somente conceitos de inclusão ou do próprio autismo, mas propõe um novo pensar da sociedade e escola no que diz respeito as práticas pedagógicas de inclusão da criança com TEA.

463

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Psicopedagogia.

ABSTRACT: This research aims to discuss the school inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) and the role of the psychopedagogue in the face of this process, in addition to seeking to list some strategies that promote the school development of children with autism. The methodology chosen for the elaboration of this research was the bibliographic, through the qualitative method. During the research, the importance of psychopedagogical practice was confirmed, not only for the process of school inclusion, but also to provide students with ASD with socio-affective, psychomotor and cognitive development. The theoretical basis confirmed the need to further consolidate legislation, guidelines and actions to strengthen the construction of school inclusion. As a support in ensuring the inclusion of children with ASD, psycho-pedagogical work proved to be effective and, more than that, necessary, as it is a work that goes beyond the walls of the school, since, in addition to providing pedagogical support to the class teacher, it also guides the learner's families so that they can contribute to the most effective learning process. This study brings not only concepts of inclusion or autism itself, but proposes a new way of thinking about society and school with regard to the pedagogical practices of inclusion of children with ASD.

Keywords: Autism. Inclusion. Psychopedagogy.

¹ Licenciatura Plena em Letras – UNIFAP. Com habilitação em Língua Portuguesa, Francesa e suas respectivas literaturas. Pós-graduada em metodologia do ensino de língua portuguesa e estrangeira. Pós-graduanda em Psicopedagogia Clínica e Institucional. E-mail: isete.luty@gmail.com.

INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral o número crescente de crianças diagnosticadas com TEA em todo o mundo. Diante desse quadro, é necessário que a Escola esteja preparada, não só para receber os alunos com essa especificidade, como para, de fato, efetivar o processo de inclusão escolar desses indivíduos. Partindo dessa necessidade, a pesquisa, que terá cunho bibliográfico, buscará abordar assuntos relacionados ao autismo, bem como os recursos que tornam possíveis a inclusão desse aluno no ensino regular, haja vista que ele é capaz de desenvolver sua aprendizagem, tal como os demais, na sala de aula. O que ele precisa é de método e tempo diferenciado para realizar as atividades.

O foco desta pesquisa é evidenciar a importância do apoio psicopedagógico no processo de inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista, doravante TEA, e de que maneira este profissional pode contribuir para o desenvolvimento cognitivo e social desses alunos, ou seja, qual o papel do psicopedagogo nesse processo de promoção, de participação ativa da criança autista no processo de ensino e aprendizagem.

Crianças diagnosticadas com TEA apresentam características muito diferenciadas, que as particularizam, quando comparadas a crianças neuro típicas. O TEA afeta, principalmente, as habilidades sociais e comunicativas, além de apresentarem interesses e comportamentos limitados e repetitivos. Por terem características muito peculiares, o processo de ensino-aprendizagem dessas crianças exige um trabalho individualizado, focado nos interesses e habilidades que precisam ser trabalhadas em cada caso. A inclusão escolar do autista é, portanto, um desafio ainda maior para a escola, visto que há uma dificuldade significativa para se estabelecer relações comunicativas e afetivas do sujeito e seus pares.

Dessa forma, a temática desta pesquisa se faz importante devido a premente necessidade de inserção de crianças com TEA no processo de ensino-aprendizagem, através de recursos pedagógicos diferenciados e atividades dinâmicas, as quais dão um maior sentido para aprendizagem dessas crianças.

Partindo-se do pressuposto de que a Escola possui a função social de viabilizar ambientes escolares democráticos e de respeito aos direitos humanos, faz-se necessário a inserção de atividades pedagógicas que contribuam para que a inclusão de fato ocorra, através da integração de toda a comunidade escolar. Assim, a inclusão, de maneira geral, deve estar presente em todo o ambiente escolar, não só na sala de recursos, ou seja, deve fazer parte do cotidiano da escola como um todo.

A Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012), reforça a inclusão de

alunos com TEA. A referida lei garante, em seu parágrafo único, inciso IV, do Artigo 3º, que esses alunos, incluídos em salas de aulas de escolas comuns, possuem direito a um acompanhante, em casos de comprovada necessidade. Nesse caso, é essencial que haja uma intervenção psicopedagógica eficaz, que atenda às suas especificidades.

Assim sendo, a inclusão escolar ainda que seja um desafio complexo, o engajamento e a capacitação de profissionais da educação como o psicopedagogo são capazes de viabilizar esse processo na prática. A composição deste estudo apresenta-se sequenciado nos seguintes tópicos: Autismo, Inclusão Escolar, Trabalho psicopedagógico e Estratégias psicodagógicas para alunos com TEA.

2. A atuação psicopedagógica no processo de inclusão de crianças com TEA

2.1. Considerações sobre o autismo

O autismo é classificado na literatura médica como Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), e os seus sintomas estão prioritariamente relacionados a dificuldades na área da comunicação e interação social. Pertence à categoria denominada transtornos de neurodesenvolvimento, a qual recebe o nome de Transtornos do Espectro do Autismo (TEA), apresentando-se em diferentes níveis de comprometimento (leve, moderado ou grave).

O TEA pode ser definido, segundo FERREIRA, (2014) como um distúrbio do desenvolvimento neurológico, que se manifesta desde a infância, apresentando déficit nas dimensões sociocomunicativa (déficits na comunicação social e interação social) e comportamental (comportamentos restritos, repetitivos e estereotipados). É necessário ressaltar que o autismo é um transtorno que se manifesta por inúmeras características, as quais podem variar de indivíduo para indivíduo, sendo representado por um conjunto de déficits que envolve o desenvolvimento das capacidades e habilidades dos sujeitos.

Mello ,2004, define autismo como:

[...] distúrbio do comportamento que consiste em uma tríade de dificuldades: 1. Dificuldade de **comunicação** - caracterizada pela dificuldade em utilizar com sentido todos os aspectos da comunicação verbal e não verbal. [...] 2. Dificuldade de **sociabilização** - [...]. Significa a dificuldade em relacionar-se com os outros, a incapacidade de compartilhar sentimentos, gostos e emoções e a dificuldade na discriminação entre diferentes pessoas. [...] 3. Dificuldade no uso da **imaginação** - se caracteriza por rigidez e inflexibilidade e se estende às várias áreas do pensamento, linguagem e comportamento da criança. (MELLO, 2004, p.21). Para Gadia, 2006, o autismo é um distúrbio de desenvolvimento complexo, definido de um ponto de vista comportamental, que apresenta etiologias múltiplas e se caracteriza por graus variados de gravidade (GADIA, 2006).

Facion, 2005, apresenta de forma mais específica algumas características de crianças com TEA, tais como: um padrão anormal quanto aos estímulos auditivos e visuais, bem como problemas graves na compreensão da linguagem oral, atraso na fala, podendo inclusive vir a não se desenvolver, e, quando se desenvolve é comum a presença da ecolalia.

Ainda segundo o estudioso, é característico da presença de TEA no indivíduo a excessiva dificuldade de estabelecer relacionamentos interpessoais, além disso, uma criança com TEA pode apresentar, choro sem controle, gargalhadas ou sorrisos sem causa perceptível. É frequente também a ausência de medo em situações de perigo, comportamento destrutivo ou autoagressivo e uma forte fixação por rotinas.

Quanto ao diagnóstico do autismo, pode-se dizer que este é baseado em registros documentais que tem como parâmetro primordial a observação do comportamento da criança por uma equipe multidisciplinar, que envolve médicos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, professores, dentre outros.

A observação tem como núcleo especialmente as áreas de comunicação, socialização, movimentos focalizados e repetitivos. Na hipótese de a criança apresentar diferenciação na socialização, na comunicação e evidenciar comportamentos estereotipados pode ser diagnosticado com o TEA. (MACIEL; FILHO, 2009).

Pode-se dizer, assim que o Transtorno do Espectro do Autista é um distúrbio do desenvolvimento e de comportamento que apresenta um grau de complexidade elevado, sendo considerado entre os mais severos transtornos que se apresentam na infância. Por todas essas especificidades é que se faz necessário a construção de um currículo adaptado, pois só assim, a escola desempenhará o seu papel no processo de inclusão escolar.

2.2. O processo de inclusão

Historicamente, as propostas de educação inclusiva vêm se constituindo com maior intensidade, fazendo com que as escolas reavaliem sua organização interna a partir da apreciação de seus objetivos quanto ao processo escolarização de pessoas com deficiências.

A proposta de Educação Inclusiva tem por objetivo fazer com que quaisquer indivíduos, independentemente de suas condições, possam ter acesso ao ensino regular, com promoção de aprendizagem. De acordo com Menezes, (2012), para alcançar esse objetivo, o Governo Federal, de forma sistemática, iniciou, a partir da década de 90, um movimento para estabelecer a Educação Inclusiva como política pública e proposta educacional.

Segundo Almeida, (2007), a inclusão é garantida no Brasil por leis e documentos oficiais, que trazem como proposta a criação e execução de políticas públicas para a formação de

professores para a educação inclusiva, de maneira a minimizar as sequelas da exclusão e atender à nova ordem vigente, ou seja, ensinar a todos, sem qualquer tipo de discriminação.

A constituição brasileira de 1988 é um desses documentos legais que norteiam todas as demais leis referentes ao processo de construção e prática da Educação Inclusiva, pois ressalta, no artigo 208, dentre outras coisas, que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

V - Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

Assim a, carta Magna brasileira deixa evidenciado dois temas: o direito a educação, que é inerente a todos e o direito de receber essa educação em instituições comuns de ensino.

Outro documento oficial que rege o processo de inclusão, citado por Babbista e Bosa,(2002), é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN 9.394/96), a qual apresenta a Educação Especial como uma modalidade de ensino transversal aplicável a todos os níveis e modalidades do sistema educacional brasileiro, tornando-se um marco na história da Educação Especial, tendo em vista que foi concebida como modalidade de ensino destinada a pessoas com deficiência em instituições de ensino regular.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Básica, na resolução número 2, de 11 de setembro de 2001, afirmam que inclusão é: “A garantia de serviço continuado do espaço comum de vida em sociedade, em uma sociedade orientada por relações de equidade de oportunidades desenvolvimentais, em todas as dimensões da vida.”

Todavia, para que a inclusão aconteça de maneira adequada, é necessário que haja uma reorganização do espaço escolar, bem como uma apropriação de conhecimentos acerca do processo de inclusão, não só por parte do corpo docente, como de todos aqueles que compõem o ambiente escolar, do contrário está ficando fragmentada, pois, de acordo com Lima (2006, p. 63):

A inclusão, portanto, não é algo que se fala, mas algo que se vive, intensa e conscientemente, contínua e tenazmente, concreta e francamente. A inclusão é a participação de todos pelo todo, com todos. A inclusão não é uma mera teoria da moda, mas uma atitude de vida; uma expressão de sociedade e cidadania; uma compreensão de que todos os seres humanos são humanos sem distinção.

Seguindo essa mesma filosofia, Silveira e Neves (2006) afirmam que a educação inclusiva é uma proposta praticável, no entanto, somente será consumada quando ocorrerem profundas transformações na política social e no sistema de ensino vigente.

Nesse mesmo sentido, Cacciari, Lima e Bernardi (2005) salientam que: “no processo de inclusão, a instituição e os professores demandam a mesma atenção que a criança.”

Dessa forma, a escola, que é representada por sua equipe profissional, deve ter consciência do seu papel, compreendendo que é por meio do aprendizado que a criança pode adquirir consciência do mundo e dela própria.

Na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. Esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa. (MANTOAN, 2005 p. 24).

Referindo-se especificamente à inclusão de crianças autistas, Camargo e Bosa (2009), salientam que a importância ultrapassa o campo educacional, pois oportuniza ao aluno com tal especificidade a convivência com seus pares, estimulando a interação social, capacidade muito prejudicada em crianças com TEA e, por ser um comportamento importante para o desenvolvimento de qualquer de qualquer criança, pois desenvolve habilidades sociais fundamentais como cooperação e competição.

Em relação as crianças que chegam na escola com autismo ou com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) a equipe pedagógica da escola, juntamente com o professor da turma devem estabelecer caminhos claros para atender o aluno com autismo. Um desses caminhos é compreender o nível de comprometimento da criança e só depois elaborar o material de apoio e aprendizagem que será aplicada a ela. Em nenhum momento deve esperar a criança com autista chegar na escola para adequar espaços e metodologias (FERNANDES; AMATO, 2013).

Na mesma linha Samini et al. (2013) fortalece que o professor que for trabalhar com um aluno autista deve ser preparado. Ter formação técnica que conheça o autismo e seu desenvolvimento. Isso porque o aluno autista exige uma série de ações que façam do professor um aliado para consolidar os seus processos de ensino aprendizagem.

2.3 A atuação psicopedagógica no processo de inclusão de alunos com TEA

Segundo Santos (2009), a psicopedagogia é uma ciência de cunho interdisciplinar, que trabalha tanto no enfoque preventivo, quanto no terapêutico. No primeiro caso, a psicopedagogia tem por objeto o ser humano em desenvolvimento, os processos de desenvolvimento, bem como as alterações de tais processos. Já o enfoque terapêutico considera como objeto a identificação, análise, elaboração de uma metodologia de diagnóstico e tratamento das dificuldades de aprendizagem.

Silva (2015) amplia o campo de atuação do psicopedagogo ao afirmar que o trabalho de acompanhamento psicopedagógico não pode ficar restrito ao processo de análise e construção pedagógica com professor do aluno com TEA, mas sim desenvolver um trabalho amplo também

com a família, que, muitas vezes, não consegue entender toda a dinâmica de aprendizagem que será construída com a criança autista.

Ferrari (2017) afirma que ao chegar à escola, o aluno com TEA desperta na equipe pedagógica um repensar de suas práticas. Há nesse contexto muitas controvérsias a respeito de um trabalho mais efetivo que atenda ao aluno autista em todas as suas necessidades, sobretudo não há ainda clareza se escola pode atuar no desenvolvimento da comunicação e escrita ou se deve tecer um caminho de intervenção mais profundamente na socialização e comportamento da criança autista.

A estudiosa reforça ainda que a criança com autismo precisa desenvolver a autonomia de suas ações e que a escola tem um papel primordial nessa questão, cabendo ao psicopedagogo desenvolver, juntamente com o professor titular da turma, ferramentas metodológicas para que isso aconteça.

A criança sem ter o interesse pelo conhecimento, não cria caminhos para que ele se incorpore a ela. Por isso, o psicopedagogo deve propor ações conjuntas com o professor que busquem, através do lúdico, inserir o aluno com TEA para o processo de aprendizagem. Na verdade, o lúdico rompe com um modelo abstrato de oferecer o conhecimento. A criança com TEA precisa de um caminho concreto para tornar os processos de aprendizagem efetivos (FERRARI, 2017).

Para Sousa (2018, p. 252)

O papel do psicopedagogo diante de um quadro de inclusão escolar é de suma importância; pois será ele o intermediário de facilidades e possibilidades de aprendizagens. Ao se pensar na educação de crianças com TEA é preciso ter conhecimentos prévios sobre o transtorno e sobre o padrão normal das demais crianças. Requer a primazia da observação para atingir o verdadeiro caminho do saber, selecionar estímulos que tornem receptiva a prática usada, saber enriquecer o aprendizado, abordar as características da ação psicopedagógica. (SOUSA, 2018, p. 252).

Ainda para Sousa (2018) fala que são vários os profissionais envolvidos no acompanhamento do aluno autista como terapeuta, o psicólogo, mas é o psicopedagogo que está diretamente ligado a escola. Nesse sentido, é esse profissional que mediará uma proposta curricular adaptável ao aluno autista que possuirá alguns critérios de observação como a intencionalidade, significado, transcendência e reciprocidade.

Essa observância mostrará ao psicopedagogo o quanto de avanço o aluno autista apresentará. Cada etapa, que precisa ser bem definida, apresentará resultados que precisarão ser avaliados. Casos eles estejam dando retornos positivos devem ser potencializados ainda mais,

mas ao contrário disso, toda a equipe da escola deve reorganizar suas estratégias de ensino (SOUSA, 2018).

De acordo com Cunha (2015) existem quatro critérios que facilitam a mediação psicopedagógica em crianças com TEA: a intencionalidade, a reciprocidade, o significado e a transcendência. A intencionalidade diz respeito ao modelo de interação entre mediador e mediado, para que ambos aprendam moldar e interpretar estímulos; A reciprocidade, como o próprio nome sugere, é a troca que se faz entre mediador e mediado. Vale ressaltar que, ao receber retorno do aprendente, é fundamental que o mediador busque recompensar as respostas positivas, pois assim o aluno poderá perceber que está fazendo exatamente o que é esperado dele; O significado, está relacionado ao fato de o psicopedagogo conseguir fazer com que o aluno atendido perceba a importância de suas ações, ou seja, precisa compreender a função, a utilidade de tal ato, de tal objetivo; Por último temos a transcendência, que tem por objetivo promover a aquisição de estratégias que podem servir para inúmeras situações.

Cunha (2015) traz ainda um importante ponto ao afirmar que o psicopedagogo nunca deve formular o seu campo técnico e profissional ao longo do atendimento de um aluno autista. O caminho a ser seguido com cada aluno com TEA deve ser traçado antes para que possa ter uma efetiva intervenção, pois as fragilidades de um trabalho sem conhecimento técnico podem afastar o educando do processo de aprendizagem de qualidade.

Para Sousa (2018, p. 257)

O universo autista é complexo, mas atender e planejar uma ação adaptativa para o autista requer do psicopedagogo não apenas preencher uma lacuna na tentativa de compreender este universo, mas sim, criar pontes para que pessoas com transtorno do espectro autista o seja reconhecida como indivíduo especial, mas como cidadão que assim somos todos nós temos nossas singularidades e complexidades e que merecem se respeitadas. (SOUSA, 2018, p. 257).

Esse pensamento é importante, haja vista que os especialistas em educação devem ter sempre em mente que, crianças com TEA são absolutamente diferentes umas das outras e podem reagir de modos diferentes a uma mesma proposta pedagógica. Para Cunha (2015), o trabalho de intervenção psicopedagógica em alunos com TEA deve iniciar pela observação, a qual permitirá a escolha/ seleção dos estímulos, priorizando-se os interesses do aluno em atendimento, conseqüentemente o aprendente ficará mais receptível às práticas pedagógicas.

Takeda (2015) diz que em primeiro momento o professor pode ter inúmeras dúvidas para o trabalho com o aluno com TEA, assim como o Psicopedagogo, entretanto eles devem procurar apoio para aprimorar seus conhecimentos em diversos outros profissionais e em especialização profissional que deve ser constante na vida deles.

Assim, para que as práticas pedagógicas sejam mais eficazes e tenham melhor aproveitamento pelo aluno com TEA é necessário que o psicopedagogo esteja apto a lidar com essa nova clientela, ter consciência de suas dificuldades, mas também de suas habilidades, para que assim possa, através de um bom planejamento e da elaboração de um Projeto Político Pedagógico, estar presente nesse processo, que precisa constantemente ser avaliado por toda a equipe escolar.

METODOLOGIA

Este estudo foi realizado sob a forma de pesquisa bibliográfica, com a abordagem qualitativa. Segundo Bosi (2012), a pesquisa qualitativa visa compreender através das leituras as informações e estudos de grandes pesquisadores a cerca de um tema, que são encontrados em fontes já publicadas.

Compuseram o referencial teórico desse estudo autores como Freire (2008), Cunha (2015), Gadia (2017), que, dentre tantos outros, proporcionaram materiais e estudos importantes para toda a análise de conceitos e oportunizou com clareza a construção de todo o referencial teórico.

O artigo foi dividido em três seções: A primeira seção conceitua o Transtorno do Espectro Autista, bem como elenca suas principais características; A segunda seção traz à baila aspectos legais do processo de inclusão e como o aluno autista se enquadra em todo esse processo; por final, a terceira seção discorre sobre a função do psicopedagogo, bem como sua importância diante da inclusão do aluno com diagnóstico de TEA.

Espera-se que esse estudo abra portas para novas considerações sobre o processo de inclusão, sobretudo de alunos com TEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado ficou evidenciado que o processo de inclusão ainda encontra muitas barreiras nas redes de ensino e, muitas vezes, as limitações estão no profissional, que necessita estar bem preparado, ter conhecimento teórico sobre o autismo para melhor colocar em prática sua experiência junto a criança.

A inclusão, a despeito do que muitos pensam, não é aquela que insere o aluno no espaço físico escolar, vai muito além disso. É possibilitar ao aluno o acesso a aprendizagem e ao pleno desenvolvimento, de acordo com suas especificidades. Por isso, colocar à disposição do educando, apoio, recursos e adaptações, se faz importante para a efetivação da inclusão escolar.

Nessa esfera, cabe ressaltar o trabalho do profissional psicopedagogo, que vem sedimentar a proposta de ensino, a fim de atribuir os objetivos de ensino a metas, estratégias e medidas que refletem as possibilidades de desenvolvimento do aluno. O psicopedagogo é uma das figuras principais para o alcance real da inclusão. É através dele que todo o monitoramento, diagnóstico e avaliação poderão dar bases para ele se necessita tanto o corpo docente quanto uma ação mais ampla de intervenção.

Ter um aluno com autismo exige reformulações de práticas, de currículo e de pensamentos. Se essas mudanças não forem implementadas, a criança jamais será efetivamente incluída no processo educacional. Sociedade, escola e governos devem estar alertas nesse sentido, pois, partir da união de todos as diretrizes, os planejamentos serão mais significativos e poderão dar o direito de aprendizagem que todos merecem.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMARAL, C.E.R. do. **Lei nº 12.764/2012: Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** 2016. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/48333/lei-n-12-764-2012-direitos-da-pessoa-com-transtorno-do-espectro-autista>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

BAPTISTA Claudio Roberto; BOSA, Cleonice at al. **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenções.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

BOSI, M. L. M. Pesquisa Qualitativa em Saúde Coletiva: Panorama e Desafios, in **Ciência e Saúde Coletiva** (Impresso), v. 17, pp. 575-586. 2012.

BRASIL, **Lei 12764 de 27 de dezembro de 2012.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2014/2012/lei/l12764.htm#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,11%20de%20dezembro%20de%201990.. Acesso em 21 de setembro de 2020.

CACCIARI, F. R., LIMA, F. T., & BERNARDI, M. R. (2005). **Ressignificando a prática: um caminho para a inclusão.** *Construção Psicopedagógica*, 13, 13-28.

CUNHA, E. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas.** 3 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

FACÍON, J. R. **Inclusão Escolar e Suas Implicações.** Curitiba: IbpeX, 2005.

FERNANDES, F. D. M.; AMATO, C. A. H. Análise de comportamento aplicada e distúrbios do espectro do autismo: revisão de literatura. **CoDAS**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 289-296, 2013.

FERRARI. A.C.V. **Contribuições da Psicopedagogia para o Desenvolvimento do Ensino e Aprendizagem da Criança Autista.** 2017. Disponível em <https://fce.edu.br/blog/contribuicoes-da-psicopedagogia-para-o-desenvolvimento-do-ensino-e-aprendizagem-da-crianca->

TAKEDA, T. **Psicopedagogia e autismo: uma estratégia de ensino** - O Popular. Disponível
<https://www.opopular.com.br/noticias/ludovica/blogs/viva-a-diferen%C3%A7a/viva-a-diferen%C3%A7a-1.925289/a-crian%C3%A7a-que-pratica-bullying-pode-ser-punida-1.1783405>.
Acesso em 23 de setemb